

## RESENHA

### Questão racial e etnicidade

*Mayara Silva Nascimento - Universidade Federal de Sergipe*

O presente texto trata-se da exploração e análise de uma das produções de Lília K. M. Schwarcz intitulada *Questão Racial e Etnicidade*, publicada em 1999 na revista *O que ler na ciência social brasileira*. O estudo da autora procura mostrar uma síntese quantitativa da questão racial e etnicidade nos últimos vinte anos.

Destaca que pensar na questão racial, inevitavelmente, abrange a identidade; particularidades. Os estudos se debruçaram em construir uma reflexão sobre o Brasil a partir de sua independência; onde o problema, até então, era a falta de produções bibliográficas elaboradas por brasileiros. O principal foco de observação dos viajantes eram os índios e o sistema escravocrata.

Só a partir de Silvio Romero que esse problema é exclamado: “nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido nesse sentido! É uma desgraça”. Em contrapartida, Nina Rodrigues defende a existência da diversidade cultural no Brasil.

Durante o início do século XIX o Brasil ainda era regido com base em uma cultura mestiça. “Era a cultura mestiça que despontava nas teorias da época e na representação oficial da nação, ao lado do debate sobre o nacional-popular”. À exemplo disso a autora cita *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, onde coloca a mestiçagem como uma questão nacional e distinta. Carrega o mito da democracia racial, que foi um dos mecanismos mais poderosos de dominação ideológica, porém é uma questão ainda muito atual.

Segundo Schwarcz, pesquisas de 1950 e 60 destacam que a democracia racial era um disfarce para uma evidente discriminação, uma divisão que não era racial ou cultural, mas econômica. Portanto, é evidente a desigualdade entre brancos e negros. Foi a partir daí que a UNESCO abstrai tal questão como objeto de pesquisa (em 1949),

caracterizando o Brasil como “laboratório de civilização; bom laboratório socioantropológico; e que seus estudos possibilitassem a união étnica”. Porém, para Florestan Fernandes a discriminação ainda ia continuar a persistir.

A partir de 1960 a vertente sociológica ganha espaço nos estudos sobre a questão racial. A antropologia, de certo modo, analisou as estruturas e a sociologia, as mudanças.

Florestan Fernandes, através de dados estatísticos, destaca que o racismo dissimulado é consequência das diferenças regionais e privilégios. Com isso surge, em 1970, o movimento Negro Unificado, que retomou a questão mítica da democracia racial. “Com relação à temática selecionada, parece certo supor que o conjunto dos estudos não colocava mais em dúvida a existência do preconceito”.

Não obstante em 1980, a retomada dos estudos indica que o racismo ainda permanecia como um divisor social. “Na visão sociológica a desigualdade social apresenta um componente racial inequívoco, que não poderia ser diluído num gradiente de cor”.

A partir disso Schwarcz faz um levantamento quantitativo de algumas questões envolvendo o negro. Todos os dados levantados estatisticamente demonstraram uma forte discriminação e desigualdade racial.

Schwarcz destaca que “a identidade não é portanto, atemporal e imutável em seus traços culturais (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua vestimentas, culinária...) transmitidos pelo grupo. Ela resulta da ação e reação entre esses grupos e os outros, num tipo de jogo que não pára de se alterar”. Neste sentido Roberto Cardoso de oliveira expõe que “a identificação étnica refere-se ao uso que uma pessoa faz dos termos raciais, nacionais e religiosos para se identificar”.

A autora ainda indica o *problema do pardo* (derivado do censo de 1950, sendo os mulatos, mestiços, índios, caboclos, mamelucos, cafuzos etc.) como “uma espécie de sobra do censo, que representa, paradoxalmente, a maior parte da população”. Isso indica que há a negação por parte dos próprios negros em declarar sua legítima cor (efeito branqueamento).

No último tópico de seu estudo mostra alguns grupos de pesquisa que analisam, atualmente, as políticas públicas voltadas para a questão da mestiçagem. Em destaque

está o programa *A Cor da Bahia* (vinculado ao mestrado em Sociologia da FFCH-UFBA).

O principal objetivo desse estudo foi o de tentar “descrever e entender a ‘questão racial no Brasil’”.

Diante do que foi exposto anteriormente pode-se perceber que a “questão racial” no Brasil ainda é motivo de muitas discussões. Temos presenciado atualmente o implante de políticas públicas voltadas para a diferenciação de cor, trazendo vantagens para aqueles que, “no passado”, foram hostilizados. A exemplo disso tem-se o programa de cotas instituído pelo Governo Federal numa tentativa de ingressar os estudante oriundos de escolas publicas e declarantes mestiços na Universidade Federal.

### **Referencia bibliográfica**

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. “*Questão racial e etnicidade*”. In: O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) (org) MICELI, S. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.